

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR
2017/2018**



TIG

**AS FORÇAS TERRESTRES NA REPÚBLICA CENTRO-
AFRICANA, O CASO PORTUGUÊS**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

**AS FORÇAS TERRESTRES NA REPÚBLICA CENTRO-
AFRICANA, O CASO PORTUGUÊS**

CAP CAV Gonçalo Nuno Miranda de Carvalho Morais de Medeiros
CAP INF Rui Pedro Gomes de Aguiar Cardoso
CAP TM André Manuel Montero Barata (Coordenador)
CAP ART Carlos Miguel Barrelas Soares

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS EXE A/S 2017/2018

Pedrouços 2018



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**AS FORÇAS TERRESTRES NA REPÚBLICA CENTRO-
AFRICANA, O CASO PORTUGUÊS**

CAP CAV Gonçalo Nuno Miranda de Carvalho Morais de Medeiros

CAP INF Rui Pedro Gomes de Aguiar Cardoso

CAP TM André Manuel Montero Barata (Coordenador)

CAP ART Carlos Miguel Barrelas Soares

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS EXE A/S 2017/2018

Orientador: TCOR INF Osvaldo Daniel Pereira da Rocha e Silva

Pedrouços 2018



Declaração de compromisso antiplágio

Eu, **Gonçalo Nuno Miranda de Carvalho Morais de Medeiros**, Capitão de Cavalaria, declaro por minha honra que o documento intitulado “**As forças terrestres na República Centro-Africana, o caso português**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **CPOS EXE A/S 17/18** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 04 de junho de 2018



Declaração de compromisso antiplágio

Eu, **Rui Pedro Gomes de Aguiar Cardoso**, Capitão de Infantaria, declaro por minha honra que o documento intitulado “**As forças terrestres na República Centro-Africana, o caso português**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **CPOS EXE A/S 17/18** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 04 de junho de 2018



Declaração de compromisso antiplágio

Eu, **André Manuel Montero Barata**, Capitão de Transmissões, declaro por minha honra que o documento intitulado “**As forças terrestres na República Centro-Africana, o caso português**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **CPOS EXE A/S 17/18** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 04 de junho de 2018



Declaração de compromisso antiplágio

Eu, **Carlos Miguel Barrelas Soares**, Capitão de Artilharia, declaro por minha honra que o documento intitulado “**As forças terrestres na República Centro-Africana, o caso português**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **CPOS EXE A/S 17/18** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 04 de junho de 2018



Agradecimentos

Ao nosso orientador, Tenente Coronel Inf Osvaldo Rocha e Silva, pela forma como nos orientou e pela ajuda pronta e diligente com que nos facilitou o acesso às entidades e informação que lhe solicitámos;

Também ao Exmo. BGen Hermínio Teodoro Maio que, apesar da exigência do cargo que exerce no teatro de operações da República Centro-Africana, gentilmente se disponibilizou para colaborar conforme lhe pedimos;

Por fim, ao Tenente Coronel Inf CMD Musa Paulino e ao Tenente Coronel Inf CMD Alexandre Varino, respetivamente comandantes do 1º e 2º contingentes da Força Nacional Destacada na MINUSCA, pela abertura e entusiasmo com que connosco partilharam a experiência nesta missão, contribuindo de forma decisiva para este estudo e, não com menos valor, para a nossa cultura militar individual;

A todos, agradecemos encarecidamente por nos terem apoiado na consecução deste trabalho.

Obrigado.



Índice

Introdução.....	1
1. Enquadramento e Conceptualização geral.....	4
1.1. Enquadramento Histórico.....	4
1.2. Evolução das Forças militares internacionais na RCA.....	6
2. Geração da FND para a MINUSCA.....	10
2.1. Requisitos e capacidades.....	11
2.2. Estrutura operacional da FND MINUSCA.....	12
3. Preparação, projeção e sustentação da FND para a MINUSCA.....	16
3.1. Preparação.....	16
3.2. Projeção.....	17
3.3. Sustentação.....	18
3.4. Lições Identificadas.....	19
4. Emprego das Forças Portuguesas na MINUSCA.....	21
4.1. Atividade operacional.....	21
4.2. Lições Identificadas.....	22
Conclusões.....	24
Bibliografia.....	27

Índice de Anexos

Anexo A - Ratio de forças internacionais e população na República Centro Africana

Anexo B - Dispositivo da MINUSCA

Anexo C - Entrevista por questionário ao Exmo. Brigadeiro-General Hermínio Teodoro

Maio, Comandante EUTM-RCA – 25 de abril de 2018



Resumo

Desde janeiro de 2017 que o Exército Português participa na *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission In The Central African Republic* (MINUSCA), como *Quick Reaction Force*. As particularidades do teatro de operações em que se encerra esta missão, e o processo que levou à geração desta força, atendendo aos seus requisitos, capacidades e emprego operacional, faz-nos procurar entender o que foi a participação dos dois primeiros Contingentes Nacionais da Força Nacional Destacada da MINUSCA no teatro de operações da República Centro-Africana.

Para este desiderato, ao longo do estudo vamos entender conceptualmente o teatro de operações e o contexto de emprego de forças militares no mesmo, descrever os requisitos e a estrutura operacional da Força Nacional Destacada da MINUSCA, identificar o seu processo de aprontamento, projeção e sustentação e, por fim, entender o emprego operacional da força, propriamente dito.

Do acervo documental que serviu de suporte ao estudo, das entrevistas a entidades chave neste processo, bem como das lições que já vão sendo identificadas nesta missão, alcançamos a noção de que a Força Nacional Destacada portuguesa possui as capacidades adequadas para contribuir decisivamente para a consecução dos objetivos da MINUSCA.

Palavras-chave

República Centro-Africana; Força Nacional Destacada; MINUSCA; ONU; Comandos.



Abstract

The Portuguese Army is committed to the *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission In The Central African Republic* (MINUSCA) since January 2017, providing a Quick Reaction Force.

The specific characteristics of this theater of operations, along with the details of the force generation process, set our aim at understanding the participation of the first two contingents of this deployed military force on the MINUSCA mission, at Central African Republic. This will go through the angle of its requisites, capabilities and operational engagement.

To achieve so, this study will lead us to understand and conceptualize the theater of operations as well as the background of other military forces committed to it. It will also lead us to describe the requisites and structure of the military force deployed, as well as identifying the parts of its training, deployment and sustainment. Finally, it will allow to better understand the engagement in the operational perspective.

A large collection of documents supported the study process, along with interviews with key players and the lessons identified so far. It all shows us, very clearly, that the Portuguese military force deployed within this mission has the adequate capabilities to contribute decisively to the objectives of MINUSCA.

Keywords

Central African Republic; Deployed Military Forces; MINUSCA; UN; Commandos.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

BCmds - Batalhão de Comandos

BINUCA - Bureau Intégré De L'organisation des Nations Unies en Centrafrique

BONUCA - United Nations Peacebuilding Support Office in the Central African Republic

CAS - Close Air Support

CEMAC - Comunidade Económica e Monetária da África Central

CEMGFA - Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas

CFT - Comando das Forças Terrestres

CmdLog - Comando da Logística

CN - Contingente Nacional

CNLPC - Coordenação Nacional dos libertadores da República Centro Africana

CSDN - Conselho Superior de Defesa Nacional

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

DDR - Desintegração, desarmamento e reintegração

DIFE - Dotação individual de fardamento e equipamento

DMT - Direção de Material e Transportes

END - Elementos Nacionais Destacados

EOD - Explosive ordnance disposal

EUTM-RCA - Military Training Mission in the Central African Republic

FACA - Forças Armadas da República Centro Africana

FAP - Força Aérea Portuguesa

FND - Forças Nacionais Destacadas

FOMAC - Force multinationale de l'Afrique centrale

FPRC - Popular Front for the Rebirth of Central African Republic

FR - Front de Résistance

MICOPAX - Missão de Consolidação da Paz na República Centro-Africana

MINURCA - Mission des Nations Unies en République Centrafricaine

MINURCAT - Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chade

MINUSCA - United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission In The Central African Republic

MISAB- Mission Interafricaine de surveillance des accords de Bangui

MISCA - African-led International Support Mission to the Central African Republic

MOB - Main Operating Base



MSF – Médicos sem Fronteiras

ONU - Organização das Nações Unidas

PMPC - Patriotic Movement for the Central African Republic

QD - Questão derivada

QRF - Quick Reaction Force

RCA - República Centro Africana

RPRC - Patriotic Rally for the Renewal of Central African Republic

RSPJ - Reformed Séléka for Peace and Justice

SSR - Security Sector Reform

TACP - Tactical Air Control Party

TN - Território nacional

TO - Teatro de Operações

UA – União Africana

UE - União Europeia

UEC - Unidade Escalão Companhia



Introdução

O tema em estudo, “AS FORÇAS TERRESTRES NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA (RCA), O CASO PORTUGUÊS” reveste-se de grande atualidade e pertinência. Num momento em que o Exército Português continua a projetar Forças Nacionais Destacadas (FND) para este teatro de operações (TO), considera-se importante compreender o enquadramento desta missão e avaliar a forma como foi gerada e tem sido aprontada e projetada uma força para executar uma operação desta tipologia e com esta composição e articulação de modo a que se possam retirar ensinamentos para futuras operações.

Atingida por décadas de instabilidade, a RCA, já castigada pela pobreza generalizada, provocada pela desigualdade na distribuição da riqueza, instabilidade política que levou à formação de vários governos de transição e por constantes ameaças de conflito interno, culminaram no colapso das instituições do estado, deixando milhões de pessoas numa situação de grande debilidade. Em 2014 era estimado um número de mortes, resultante da situação no país, superior a metade da população total e mais de 414.000 centro-africanos fugiram para refugiar-se nos países vizinhos, (Camarões, Chade, República Democrática do Congo e República do Congo).

Desde o início desta crise, a Organização das Nações Unidas (ONU), através do Secretário-Geral, e outros intervenientes internacionais e regionais, incluindo a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), a União Africana (UA), a União Europeia (UE) e a França, têm vindo a trabalhar incansavelmente para encontrar uma solução pacífica para o conflito, acabar com os assassinatos, proteger civis e prestar assistência humanitária.

Entre 2012 e 2014 os vários atores internacionais que atuaram no território, juntamente com as forças francesas, tiveram uma intervenção positiva. No entanto, o rápido aumento de instabilidade, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), através da Resolução 2149 (em abril de 2014), mandatou a *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic* (MINUSCA) com a missão de restabelecer a integridade territorial e estabelecer um ambiente seguro e estável no território, a fim de contribuir para a estabilidade regional.

Em novembro de 2015, os ataques terroristas que ocorreram em Paris provocaram uma alteração dos objetivos de França, como principal ator externo na RCA, dirigindo a sua prioridade para a segurança interna. Esta situação determinou que este país solicitasse aos Estados Membros da UE um pedido de assistência, ao abrigo do n.º 7 do artigo 42.º do Tratado da UE.



Neste contexto, o Estado Português, após o parecer favorável do Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), acedeu ao pedido francês, contribuindo com uma companhia de infantaria, a operar a partir de Bangui, com a missão de *Quick Reaction Force* (QRF). Esta força militar tem ainda a possibilidade de, quando determinado, prestar apoio à *European Union Training Mission in RCA* (EUTM RCA) (Maio, 2018).

Neste estudo pretende-se elaborar uma reflexão sobre o processo que levou à geração da FND empregue na MINUSCA, circunscrita aos seus requisitos, capacidades e emprego, tendo como objetivo geral, entender a participação dos dois primeiros Contingentes Nacionais (CN) da FND portuguesa da MINUSCA no TO da RCA.

Os objetivos específicos a atingir são os seguintes:

- OE1. Entender conceptualmente o TO e o contexto de emprego de forças militares;
- OE2. Descrever os requisitos da força e a estrutura operacional da FND MINUSCA;
- OE3. Identificar o processo de aprontamento, projeção e sustentação da FND MINUSCA;
- OE4. Entender o emprego da FND MINUSCA.

Para ir de encontro aos objetivos definiu-se a pergunta de partida: “A FND portuguesa possui as capacidades adequadas para contribuir para a consecução dos objetivos da MINUSCA?”.

Como questões derivadas (QD) apresentam-se as seguintes:

- QD 1 – “A organização da força é adequada ao TO?”
- QD 2 – “As capacidades da força são coerentes com os requisitos necessários?”;
- QD 3 – “O modelo de aprontamento, projeção e sustentação adequa-se às capacidades da força para a conduta da operação?”;
- QD 4 – “A tipologia das tarefas executadas insere-se na missão atribuída?”.

Para atingir este objetivo, o percurso metodológico foi decomposto em 3 fases para atingir o objetivo desejado. Na fase exploratória, consolidou-se a revisão da literatura e foram efetuadas entrevistas exploratórias, bem como a escolha dos instrumentos metodológicos. Na fase analítica procedeu-se à recolha dos dados, consistindo essencialmente nas entrevistas, dado que não existia informação anterior sobre a projeção de FND para este TO específico. Na fase conclusiva elaborou-se a redação com a estrutura exposta, bem como a sua apresentação e defesa públicas.

Os instrumentos metodológicos escolhidos foram a consulta de bibliografia, a consulta de documentos oficiais relativos ao aprontamento, projeção, sustentação e emprego da força e a execução de entrevistas a comandantes de FND. Relativamente à consulta de bibliografia



destacam-se as publicações de Louisa Lombard, *State of Rebellion - Violence and Intervention in the Central African Republic* e *Making Sense of the Central African Republic*.

No que toca aos documentos enquadrantes, foram consultados a Portaria 29 de 2017, em que o Sr. Ministro da Defesa Nacional, José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes, que comunica o parecer favorável do CSDN sobre a participação da FND MINUSCA na RCA, a Diretiva Operacional 35/CEMGFA 16, sobre a participação nacional na MINUSCA e a Diretiva Operacional N.º 1/QRF/RCA/2016, relativa ao aprontamento da Companhia QRF/RCA MINUSCA, Diretiva de Aprontamento da 2ª FND MINUSCA de 02 de maio de 2017.

Quanto às entrevistas efetuadas, foram dirigidas aos comandantes de FND, TCor Inf Musa Gonçalves Paulino e TCor Inf Alexandre Manuel Ribeiro Duarte Varino. Foi também elaborada uma entrevista por questionário ao Exmo. Brigadeiro-General Herminio Teodoro Maio, dado que se encontrava, à data de elaboração do estudo, no TO da RCA como Comandante da EUTM-RCA.

Propõe-se um modelo de análise, tendo conhecimento de que é pouco aprofundado, visualizar o caso de estudo em 3 dimensões: perceber a forma como a FND MINUSCA foi gerada, quais os seus requisitos e capacidades e a sua estrutura operacional; qual a dimensão da sua preparação, projeção, sustentação e lições identificadas de ambas as forças; e qual a dimensão do emprego das FND MINUSCA, verificando a sua atividade operacional e as suas lições identificadas no TO RCA.

O estudo está decomposto em 4 capítulos. No capítulo um será dada ênfase a um enquadramento e conceptualização geral, abordando a evolução do conflito na RCA bem como a entrada e posterior desenvolvimento das forças internacionais neste país. No capítulo dois é abordado a geração da FND MINUSCA, nomeadamente das suas tarefas principais, na deliberação do CSDN, dos requisitos e capacidades da força e da sua estrutura operacional de pessoal e material. No capítulo três será dado enfoque à fase do aprontamento, projeção e sustentação e posteriores lições identificadas. O capítulo quatro consiste no emprego das FND MINUSCA detalhado através das entrevistas efetuadas, particularmente da sua atividade operacional e concomitantemente as suas lições identificadas.



1. Enquadramento e Conceptualização geral

1.1. Enquadramento Histórico

A RCA, denominada por *Ubungui-chari* (colónia francesa), integrava a África Equatorial Francesa até à sua independência a 14 de agosto de 1960 e à nomeação de David Dacko como Chefe Provisório da RCA (Boas, 2014, p. 2).

Somente em 1993, com eleições organizadas pelas Nações Unidas, é que a RCA teve a sua transferência democrática de poder. Durante este processo, todas as alterações executivas foram supervisionadas e facilitadas por França, dadas as suas antigas relações de poder colonial. Desde então, têm-se verificado várias insurreições e rebeliões entre bandos armados (liderados por antigos comandantes de exército) e líderes regionais, em busca do poder, levando a dois golpes de estado com sucesso. (Lombard, 2016)



Figura 1 – Mapa da República Centro Africana (ONU, 2018)

O primeiro destes golpes deu-se em 2003, em que François Bozizé¹ depôs Ange-Félix Patassé do governo e assumiu o poder. Ainda que reconhecesse as suas fraquezas políticas,

¹ Antigo Chefe de Estado-Maior do Exército da RCA.



Bozizé, vem a vencer as eleições legislativas em 2005, embora o país tenha vindo a ser sempre governado através da corrupção e repreensão (Boas, 2014).

O ano de 2006 é marcado pelo aparecimento do grupo rebelde Séléka, composto por elementos muçulmanos e liderado por Michel Djotodia. A sua origem está relacionada com questões étnicas, regionais e frustrações com o governo de Bozizé, devido à sua corrupção. Nas suas áreas de atuação, o grupo passou a controlar alfândegas e concessões de exploração de recursos naturais como diamantes, madeira e campos de petróleo. (Boas, 2014)

O segundo golpe de estado com sucesso foi levado a cabo em 2013, pelo grupo Séléka, que, ocupou a capital, Bangui, depôs François Bozizé e colocou Michel Djotodia no cargo de presidente. (Boas, 2014).

No final de março de 2013, as Forças Armadas da RCA (FACA) tinham sido desintegradas, sendo que, nesta altura, o poder local era controlado por comandantes Séléka que governavam regiões e cidades, mas dada a inexperiência e a falta de hierarquia destes, o descontentamento da população generalizou-se. Consequentemente surgiram vários grupos em oposição aos Séléka, denominados anti-Balaka, com algum grau de organização, criados para assegurar a defesa das populações locais (Lombard, 2016).

O grupo de Coordenação Nacional dos libertadores da República Centro Africana (CNLPC), liderado por Ngaissona, mantinha uma ligação com o ex-presidente Bozizé e o *Front de Résistance* (FR), sendo liderado por Léopold Bara e Capitão Kanizolaye das FACA, ambos opositores do regime.

No final de 2013, em resultado da evolução da situação no país, o CSNU emitiu a resolução 2127 autorizando uma força africana de manutenção de paz, *African-led International Support Mission to the Central African Republic* (MISCA) para apoiar a missão Sangaris dos franceses.

Nesse ano, grupos anti-Balaka lançaram um violento ataque sobre Bangui causando a morte a mais de 600 civis e deslocação de 214.000 (Lombard, 2015). Atos violentos continuaram por todo o país, decorrendo um êxodo em massa de muçulmanos, procurando refúgio em países vizinhos.

Dado este êxodo, a comunidade internacional interpretou o conflito como sendo religioso (cristãos versus muçulmanos), ocultando tensões e choques dentro de determinadas áreas com fações Séléka e grupos anti-Balaka. As fações Séléka atuais consistem em cinco grupos, nomeadamente por (Lombard, 2015):



1. *Popular Front for the Rebirth of Central African Republic (FPRC)*, sendo conduzido por *Michel Djotodia e Nourredine Adam*. É a facção mais radical e rejeita o processo de desintegração, desarmamento e reintegração (DDR).
2. *Patriotic Rally for the Renewal of Central African Republic (RPRC)* - Formado em novembro de 2014 no seio das etnias Gula e Runga, e grupos árabes, com a área de influência nas áreas de Bria e Haute Kotto na região nordeste da RCA. O líder é o ex-Ministro do Petróleo e das Minas, Djono-Ahaba, que, por razões financeiras e políticas, se distancia da posição do FPRC, tendo uma posição mais conciliatória para com as autoridades de Transição da RCA;
3. *Reformed Séléka for Peace and Justice (RSPJ)*; Liderado por Moussa Dhaffane, número dois da Séléka e Ministro das Águas e das Florestas durante o governo de Michel Djotodia, e mais tarde preso a mando deste, rapidamente se afastou dos seus antigos aliados, os quais, atualmente, representam a linha mais radical do ex-Séléka;
4. *Patriotic Movement for the Central African Republic (PMPC)* - Criado em julho de 2015 e liderado por *Mohamed Bahar*, de origem chadiana e que foi ex-Chefe das Informações Militares durante o governo de Michel Djotodia. A área de influência é a região de Kaga-Bandoro no centro da RCA.

Com a resignação do presidente interino Michel Djotodia em janeiro de 2014, as forças Séléka iniciaram a sua retirada do oeste do país e de Bangui. Após a sua retirada, grupos anti-Balaka iniciaram violentos ataques contra a população maioritariamente muçulmana e, mesmo com um acordo de paz assinado em Brazzaville, por ambas as facções, no dia 23 de julho de 2014, continuaram com ataques, inclusive contra forças da MISCA e da missão Sangaris (Lombard, 2015).

A evolução decorrente deste acordo originou que as forças Séléka fossem desintegradas e que os grupos rebeldes remanescentes se tornassem em forças que tomaram a designação de ex-Séléka. Por outro lado, do ponto de vista social, a situação continuou a degradar-se, e atingiu o número de 935.000 deslocados causando um aumento do nível de ameaça e um deslocamento de população massivo. (Lombard, 2015)

1.2. Evolução das Forças militares internacionais na RCA

Desde o início da crise, a ONU, pelo seu Secretário-Geral, bem como outros intervenientes internacionais e regionais, incluindo da Comunidade Económica dos Estados da África Central, a União Africana (UA), a União Europeia (UE) e a França trabalharam de forma ativa para encontrar uma solução pacífica para o conflito, e garantir as condições para que poder proteger civis e prestar assistência humanitária. (Boas, 2014)



A comunidade internacional reforçou as tropas francesas, presentes na RCA, ao abrigo da resolução 1125 do CSNU, criando a *Mission Interfricaine de surveillance des accords de Bangui* (MISAB), sendo posteriormente substituída pela *Mission des Nations Unies en République Centrafricaine* (MINURCA) em 1998 com a resolução 1159 do CSNU.

A MINURCA estava limitada ao estabelecimento de segurança na capital, mas também tinha o mandato inicial de apoiar as eleições legislativas. Apesar de ter assegurado o controlo da cidade de Bangui, não teve sucesso na reestruturação do estado, no apoio ao governo e na recuperação financeira do país, o que lhe fez perder credibilidade a nível internacional, especialmente por não conseguir apoiar e reforçar a ligação do governo com os seus opositores. Isto levou a uma retirada estratégica após as eleições presidenciais (Boas, 2014).

Após esta retração da MINURCA, a mesma foi substituída pela *United Nations Peacebuilding Support Office in the Central African Republic* (BONUCA). Não obstante a missão estar mandatada para “apoiar os esforços nacionais no reforço às instituições democráticas e mecanismos de diálogo”, as suas principais tarefas eram primariamente a coordenação de esforços de manutenção de paz. Esta força, não conseguindo obter um progresso na promoção do diálogo nacional nem criar o espaço necessário para um progresso político, a reforma militar ou o programa DDR e como também não continha uma componente militar, ao contrário da MINURCA, e não conseguindo pois estabelecer a segurança, houve um incremento de violência especialmente no centro periférico de Bangui (Lombard, 2015).

A missão da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), conhecida como *Force multinationale de l'Afrique centrale* (FOMAC) manteve algum controlo da segurança de Bangui, no entanto, a segurança no resto do país deteriorou-se ao longo dos anos. Com a crise na fronteira entre Sudão e Chade em 2008 a FOMAC reformulou-se na Missão de Consolidação da Paz na República Centro-Africana (MICOPAX).

Em simultâneo, dá-se a intervenção da União Europeia com a Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chade (MINURCAT) até 2010 que, após a sua retirada, permaneceu como *Bureau Intégré De L'organisation des Nations Unies en Centrafrique* (BINUCA). Esta detinha uma arrojada missão, de garantir que existiam resultados no governo e assistir conjuntamente com a *Security Sector Reform* (SSR) e DDR, apoiar o restabelecimento da autoridade estatal nas províncias, apoiar esforços para realçar os direitos humanos e a ordem pública. (Lombard, 2015)



Em setembro de 2013, o Secretário-Geral da ONU recomendou que fossem tomadas medidas para aumentar a eficácia da presença da BINUCA no terreno. Como resultado, o CSNU aprovou a resolução 2121, nesse mesmo ano, que fortaleceu e modificou a força BINUCA em cinco áreas: apoio para a implementação do processo de transição; apoio à prevenção de conflitos e assistência humanitária; apoio à estabilização das condições de segurança; a promoção e proteção dos direitos humanos e a coordenação dos atores internacionais envolvidos na execução das tarefas acima mencionadas.

No final de 2013, a mobilização de milícias populares resultou numa espiral de violência, mas que originou uma resposta lenta da comunidade internacional. Primeiro, com a Operação Sangaris executada por uma força francesa, composta por 1200 militares, que, apesar dos esforços, acabou por se tornar ineficaz, dada a transferência de efetivos deste TO para as operações, no Mali. As forças Séléka tornaram-se mais resilientes do que o expectável e a força Sangaris dispersou a sua atenção nos grupos anti-Balaka (Lombard, 2015)

Em abril de 2014, o CSNU, pela resolução 2149, estabeleceu a MINUSCA por um período que, tendo expirado em 30 de abril de 2015, foi sendo prorrogado sucessivamente. O CSNU solicitou ao Secretário-Geral que fundisse a BINUCA na nova missão a partir da data de adoção da resolução e assegurasse uma transição suave da BINUCA para a MINUSCA.

Este Conselho decidiu que, a partir de 15 de setembro de 2014, a MINUSCA incluiria inicialmente uma força de 10.000 militares, acrescida de 240 observadores militares, 200 funcionários e 1.400 membros de unidades policiais. Atuando sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o CSNU autorizou a MINUSCA a usar todos os meios necessários para cumprir seu mandato, dentro dos limites de suas capacidades e áreas de desdobramento. (Lombard, 2016)

Por outras disposições da resolução, o Conselho de Segurança autorizou as forças francesas a usar, dentro dos limites de suas capacidades e zonas de sobreposição, desde o início das atividades da MINUSCA até o término de seu mandato, todos os meios necessários para fornecer apoio operacional aos elementos da MINUSCA, a partir da data de adoção da resolução, a pedido do Secretário-Geral.

Posteriormente, no final de 2016, a *Military Training Mission in the Central African Republic* (EUTM-RCA), foi desenhada especialmente para contribuir para a reforma do setor da defesa do país, apoiando a FACA. A EUTM RCA é, desde 28 de janeiro de 2018,



comandada pelo Exmo. Brigadeiro-general do Exército Português, Hermínio Teodoro Maio (Sousa, 2017).



2. Geração da FND para a MINUSCA

A MINUSCA traduz-se, a nível militar, numa Operação de Manutenção de Paz no âmbito do Cap. VII da Carta da ONU, tendo assumido como tarefas prioritárias as seguintes:

- Proteção de civis contra a violência física;
- Apoio à implementação no processo de transição;
- Facilitação imediata, total e sem constrangimentos de iniciativas de assistência humanitária;
- Proteção de pessoal e instalações da ONU;
- Promoção e proteção dos direitos humanos;
- Apoio à implementação da justiça nacional, internacional e de um Estado de Direito;
- Apoio as autoridades no planeamento e implementação da estratégia de DDR.

De acordo com a missão consignada no *Military Strategic Concept of Operations* para a MINUSCA, a sua componente militar² garante a estabilização da situação de segurança na RCA a fim de criar um ambiente propício para a realização de um diálogo político inclusivo, reforçando na globalidade o processo político, incluindo o desenvolvimento das capacidades do Estado por forma a este estender a sua autoridade e influência em todo o seu território.

No Conceito Estratégico Militar português, concretamente no cenário de Segurança Cooperativa, prevê-se “contribuir com forças e meios para as organizações internacionais, das quais depende a defesa e segurança coletiva, materializando os compromissos assumidos e participar em operações no âmbito da segurança cooperativa e humanitária, garantindo a aptidão para atuar em todo o espectro de ações militares, a um nível que assegure relevância estratégica ao País, enquanto ator no sistema internacional” (Ministério da Defesa Nacional, 2014).

Foi neste âmbito, do cenário de Segurança Cooperativa, que o CSDN, a 24 de março de 2016, deliberou dar parecer favorável ao reforço da participação nacional com uma unidade de manobra terrestre, na missão da ONU, na RCA, enquadrada no apoio solicitado pela França a Portugal e, em geral, aos países da EU (Ministério da Defesa Nacional, 2016).

Na sequência da deliberação do CSDN, o Exército assumiu a responsabilidade de aprontar, projetar, sustentar e retrainar as forças nacionais a destacar para o Teatro de Operações (TO) da RCA, a fim de integrar a MINUSCA (Estado-Maior General das Forças Armadas, 2016), sendo que:

² Anexo A - Dispositivo da MINUSCA



- O Exército participa com uma força de manobra a fim de se constituir como QRF;
- A FND para a RCA é constituída por uma Unidade Escalão Companhia (UEC), incluindo elementos de ligação, apoio logístico e sustentação, e um *Forward Air Controller* da Força Aérea Portuguesa (FAP) e fica sediada na capital da RCA, Bangui;
- São responsabilidades nacionais, o aprontamento, a projeção para o TO, a sustentação e a retração das forças.

Tendo em conta esta opção, detalha-se a geração desta força, focando a organização do 1ºCN da FND/MINUSCA, bem como as decorrentes alterações para o 2ºCN.

2.1. Requisitos e capacidades

A força constituir-se-ia como um recurso sobre o comando direto do comandante da força MINUSCA, mantendo uma *Main Operating Base* (MOB) em Bangui e a capacidade de realizar operações conjuntas ou unilaterais na sua área de responsabilidade.

A QRF conduziria operações em áreas urbanas e rurais em situações que requerem um elevado nível de mobilidade, e com uma resposta reativa e decisiva para a proteção da população, destacando-se ainda que não foram assinalados *caveats*.

A força, sob comando direto do comandante da MINUSCA, deveria poder ser empregue fora da sua MOB em Bangui, para qualquer ponto dentro da área de operações da MINUSCA conduzindo missões de combate, patrulhamento, vigilância e reconhecimento de áreas, proteção de infraestruturas e áreas sensíveis e *Force Protection* de entidades ou forças; operar até três dias sem necessidade de apoio logístico externo; ser aerotransportada se apoiada por outra força; e não poder ser empregue separadamente ou subordinada a outros comandos. A QRF conduziria as seguintes tarefas (Estado-Maior General das Forças Armadas, 2018):

- Primárias
 - Proteção de Civis;
 - Recolha de informação e operações de vigilância;
 - Patrulhas de segurança;
 - Conduzir Operações de Reconhecimento;
 - Providenciar Proteção da Força a outras forças ou entidades;
 - Resposta reativa a crises em evolução;
 - Operações de pesquisa;
 - Assegurar, prevenir e negar o uso de terreno ou de infraestruturas chave;
 - Fogo direto de helicóptero.



- Secundárias
 - Conduzir operações de salvamento/extração quando autorizadas;
 - Conduzir atividades de coordenação civis militares.

A estrutura geral foi desenhada, em traços gerais, com 160 militares, definida e aprovada pelo CSDN. No entanto, este número total contempla um Elemento Nacional Destacado (END), estando este no Estado-Maior da EUTM-RCA (Ministério da Defesa Nacional, 2016).

Face aos requisitos apontados, a escolha inicial de uma força de Comandos³, em detrimento de outras forças, para desempenhar a missão de QRF neste TO, encontra-se alinhada com o seu conceito de emprego: o Batalhão de Comandos (BCmds) insere-se no Sistema de Forças 2014 - Componente Operacional, Exército - na capacidade "Forças Ligeiras", contribuindo para: projetar e empenhar, de forma sustentada e contínua, forças de escalão Batalhão de elevada prontidão aptas a operar em todo o espectro de missões e cenários, orientando-as prioritariamente para situações que requeiram forças ligeiras de reação rápida capazes de participarem em *crisis response operations*, bem como no combate ao terrorismo e ao crime organizado (Ministério da Defesa Nacional, 2014).

Quanto à estrutura orgânica de material, a do BCmds permite que, em função da natureza da missão ou do TO atribuído, possa atuar ao nível dos Grupos de Combate sem Viaturas Táticas Ligeiras Blindadas. Relativamente ao apoio de combate e contrariamente do que acontece nos Batalhões de Infantaria, em que se encontra concentrado ao nível do comando do Batalhão, no BCmds está descentralizado nas Companhias de Comandos (Estado-Maior do Exército, 2017).

O Destacamento de Controlo Aéreo Tático da FAP, denominado na prática por *Tactical Air Control Party* (TACP) constitui-se como um elemento com capacidade para conduzir missões de *Close Air Support* (CAS), em apoio do fogo e manobra das forças terrestre.

2.2. Estrutura operacional da FND MINUSCA

A estrutura operacional para o 1^oCN, foi desenhada pelo Comando das Forças Terrestres (CFT), com o efetivo de 159 militares, dividido nas seguintes categorias: 14 Oficiais, 37 Sargentos e 108 Praças. A sua grande maioria foi proveniente do Regimento de

³ O BCmds prepara-se para executar operações em todo o espectro das operações militares, no âmbito nacional ou internacional, de acordo com a sua natureza (Estado-Maior do Exército, 2017).



Comandos, garantindo o grosso da força com uma Companhia de Comandos, e atribuindo-lhe uma unidade de Comando e Estado-maior.

A força recebeu reforço ao nível da sustentação, nas valências de apoio de *explosive ordnance disposal* (EOD), sanitário, comunicações, manutenção, reabastecimento e serviços (incluindo finanças) e alimentação e foi reforçada com o TACP pela FAP. Estas valências permitiam à Força a necessária capacidade de manobra, apoio de combate e apoio de serviços

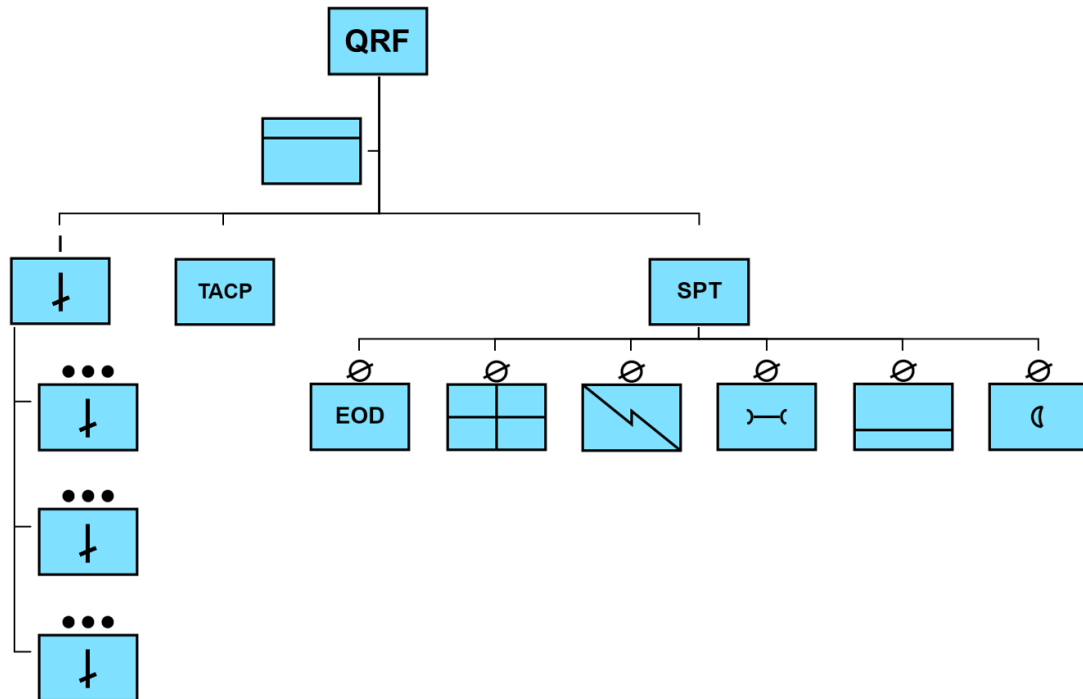


Figura 2 - Estrutura Operacional do 1ºCN - FND MINUSCA

ao cumprimento de uma missão de grande incerteza e risco que caracteriza o TO da RCA (Paulino, 2018). A estrutura foi a seguinte, quantificada em oficiais, sargentos e praças, respetivamente:

- Comando e Estado-Maior (07/05/10);
- 3 x Grupos de Combate (01/05/24);
- TACP (01/03/00);
- Destacamento de Apoio (03/14/27)
 - Equipa EOD (00/02/02);
 - Módulo Sanitário (01/02/02);
 - Módulo de Comunicações (01/03/04);
 - Módulo de Manutenção (00/05/03);
 - Módulo de Reabastecimento e Serviços (00/01/05);
 - Módulo de Alimentação (00/01/09).



A organização da 2ª FND/MINUSCA foi desenhada para o mesmo efetivo supracitado de 159 militares, sendo que poucas alterações foram introduzidas (Paulino, 2018).

No Módulo Sanitário, aumentou um Enfermeiro e no Módulo de Alimentação duas Praças. Reduziram três Praças no Comando e Estado-Maior, reforçando desta forma a vertente da sustentação.

Em termos de organização, o Módulo EOD, por não se afigurar como necessário, foi substituído por um vocacionado para tarefas engenharia no sentido de prestar o necessário apoio com as infraestruturas.

O cargo de comandante da força passou a estar previsto ser exercido por Tenente-Coronel, no sentido de facilitar as relações com os comandos dos outros contingentes (na sua maioria OF-4 e OF-5).

2.2.1. Equipamento

O equipamento da força foi garantido essencialmente pelo Exército, com recurso aos meios existentes no BCmds, e à aquisição de materiais orientados para as especificações do TO conforme se especifica adiante.

2.2.1.1. Viaturas

A força está equipada com viaturas Auto TG 1,25 TON 3 HMMWV M1025A2 D 4X4 MF/00, bem como a mais ligeira Auto TP 5 Land-Rover Defender 130 TD 4X4 Forças Especiais SOPS-P MF/11.

Para o apoio de serviços, a tipologia de trens foi definida para a prestação de apoio no TO, incluindo ambulância, pronto-socorro, centro de comunicações móvel, autotanque e viaturas de transporte, mas também atrelados de banhos, latrinas, lavandaria, cozinha, gerador, tanques e transporte.

2.2.1.2. Armamento

A tipologia de armamento coletivo e individual foi também definida com base no orgânico do BCmds, nomeadamente:

- Espingarda Aut G-3 7,62mm M/63 C/ coronha retráctil;
- Morteirete 60mm M68 – FBP;
- Lança Granadas COUGAR 56mm;
- Lança Granadas ANTI-CARRO 84mm Carl Gustaf M2;
- Lança Granadas M/GL6 - 40mm;
- Lança Granadas Automático 40mm - Santa Barbara - M1;
- Metralhadora Browning M2 HB 12,7mm;



- Metralhadora MG3 7,62mm;
- Metralhadora H&K MG4 5.56mm;
- Pistola Walther 9mm M/961;
- Pistola Metralhadora HK MP5 KA1 9mm;
- Espingarda Caçadeira Semi-Aut FRANCHI-SPAS 15 MIL 12ga - 450mm C/ coronha rebatível.

2.2.1.3. Dotação individual de fardamento e equipamento

Ao nível da dotação individual de fardamento e equipamento (DIFE), houve adição/atualização, quer de alguns equipamentos de proteção, quer de fardamento para fazer face às exigências do TO, assim como aquisição de outros equipamentos como acessórios para armas ligeiras ou recetores de localização global por satélite.



3. Preparação, projeção e sustentação da FND para a MINUSCA

A responsabilidade de aprontamento dos contingentes a projetar foi atribuída ao CFT com o papel de entidade primariamente responsável pelo aprontamento das Forças e pelo acompanhamento das suas necessidades de apoio administrativo e logístico no TO. Conforme se expôs, o CFT definiu como unidade organizadora a Brigada de Reação Rápida e especificamente como Unidade Mobilizadora o Regimento de Comandos (Estado-Maior do Exército, 2016).

A preparação do 2ºCN decorreu nos mesmos moldes e durante a missão do 1ºCN. Tal aspeto permitiu introduzir alguns ajustes decorrentes da experiência *in loco* no TO, e da informação de lá veiculada pela força em teatro, assim como da resultante das visitas da estrutura de comando do Exército ao TO. Estas alterações permitiram fazer face essencialmente às necessidades sentidas pelo 1ºCN.

Também no que diz respeito à projeção e sustentação da força houve ganhos com a informação e contacto permanente com o 1ºCN (Varino, 2018), conforme se vão detalhar neste capítulo.

3.1. Preparação

O aprontamento das FND do Exército insere-se no âmbito do conceito de treino operacional aplicável neste ramo das Forças Armadas (Ramalho, 2009).

Para esta FND em particular, a condução do aprontamento, sem influência das pequenas diferenças já apontadas na organização dos dois CN, seguiu um modelo que foi idêntico entre si (Estado-Maior do Exército, 2016), mas que permitiu ao 2ºCN otimizar o treino operacional. O modelo descreve-se sumariamente em três fases: uma primeira, do aprontamento administrativo-logístico; segunda, do aprontamento operacional; e a terceira, da preparação para a projeção.

O aprontamento administrativo-logístico, embora numa fase inicial, a decorrer, de uma forma geral, ao longo do tempo total de aprontamento para a realização de exames médico-sanitários e psicológicos, processo de credenciação e emissão dos passaportes especiais para a missão, e distribuição das DIFE. Também nesta fase se inicia a elaboração de normas e planos, a estender-se ao longo de todo o período de aprontamento (Regimento de Comandos, 2016).

Na fase do aprontamento Operacional, o foco está no desenvolvimento da componente técnico-tática, através do treino de tarefas individuais e coletivas avançadas e com a formação em áreas essenciais para a missão. O treino incide, essencialmente sobre tiro de combate, técnica de combate e socorrismo de combate (Regimento de Comandos, 2016).



No âmbito do desenvolvimento de capacidades individuais, durante cerca de um mês, o objetivo do treino das tarefas individuais avançadas é de garantir o cumprimento dos requisitos individuais exigidos para a missão. Já no âmbito do desenvolvimento de capacidades coletivas, ao longo de outro período de um mês, o objetivo do treino coletivo da força visa, nos diferentes escalões, essencialmente (Regimento de Comandos, 2016):

- Consolidação e sistematização dos conhecimentos sobre a MINUSCA, o TO e a missão dos diversos componentes que constituem a Força;
- Treino de tarefas coletivas avançadas;
- Desenvolvimento da coesão e articulação funcional dos diversos componentes em aprontamento.

Após o treino no plano individual e coletivo, ao longo do mês seguinte, consolidam-se as capacidades adquiridas através da formação e treino das fases anteriores adotando o *battle rhythm* idêntico ao do TO, e praticando o processo de planeamento e execução de operações de combate e de estabilização (escalão Grupo e Companhia), em condições tão idênticas às do TO quanto possível. Por fim, no final desta fase, tem lugar a avaliação de capacidades e certificação e execução de um exercício final de aprontamento e a *combat readiness evaluation*.

Por fim, na fase da preparação para a projeção dá-se realização de todas as tarefas tendo em vista a projeção para o TO.

3.2. Projeção

No caso do 1ºCN, todo o pessoal e material foram projetados por via aérea (sendo esta a primeira FND a ser toda projetada nestes moldes), num espaço temporal de 16 dias, entre os dias 7 e 23 do mês de janeiro de 2017, utilizando dez voos para projeção de todo o pessoal e material. A projeção foi apoiada pela ONU, através de um elemento no território nacional (TN) com a função de *MovCon Officer* no sentido de apoiar no planeamento e execução da projeção (Ferreira, 2016).

As operações de projeção de material foram realizadas em aeronaves de carga Antonov-124, em que se projetaram 576 toneladas de carga e os 160 militares que constituem a força, (Ferreira, 2016).

No 2º CN, estando a grande parte do material já no TO, nomeadamente os meios orgânicos principais e equipamento coletivo, a projeção foi essencialmente de pessoal. Deu-se em três levadas, uma primeira de seis militares, que permaneceram em apoio e sobreposição ao 1ºCN, o destacamento de apoio juntamente com material, que foi projetado pela FAP numa aeronave C-130, e o grosso da força em voo fretado (Varino, 2018).



3.3. Sustentação

A sustentação envolve estruturas de apoio às funções logísticas que complementam o apoio prestado por Portugal, nomeadamente estruturas nacionais, agências de organizações internacionais e de países amigos, mercados locais nos TO e acordos estabelecidos, quer com a nação hospedeira, quer com outras forças ou organizações na região, através de memorandos de entendimento ou acordos técnicos (Comando da Logística, 2018).

A execução das operações de sustentação torna-se complexa tendo em conta que o TO da RCA é muito exigente, as condições atmosféricas adversas, o terreno e os itinerários acidentados (Maio, 2018).

Neste TO, a sustentação da força processa-se, no que diz respeito à função reabastecimento através de Portugal, para as classes I, I(W) a granel, II, III(E), IV, V, VII através do CFT e Direção de Material e Transportes (DMT) do Comando da Logística (CmdLog), VIII através da Direção de Saúde e IX pela DMT. O fornecimento por parte da ONU aplica-se às classes I (frescos, secos e congelados), I(W) granel e engarrafada, III(G) e IV por requisição.

Para a função movimentos e transporte, o apoio em transporte estratégico é feito por solicitação à DMT com 35 ou 25 dias de antecedência, em função da volumetria, peso, nomenclatura e classe de risco da carga. O transporte é então executado por meios militares ou civis. Já no TO, o transporte da força é da sua própria responsabilidade.

A função manutenção é garantia por Portugal, no TO, sendo que a força garante o apoio até ao nível de manutenção intermédia de apoio direto, em coordenação com a DMT. Nos casos de reparações superiores a 14 dias, o CmdLog envia equipas de contacto ao TO.

O apoio sanitário é garantido da seguinte forma:

Hospitalização:

- Nível 1 – Em Bangui (pela força) ou com a força quando projetada;
- Nível 2 – Bangui (HRV) (W), Kaga-Bandoro (C) e Bria (RWA) (E);
- Nível 3 – Nairobi (KEN) e Kampala (UGA);
- Nível 4 – Portugal.

Evacuação:

- Nível 1 – através da equipa de evacuação da força;
- Nível 2 – através da equipa de evacuação da força (até 60 minutos) ou através de AIRMEDEVAC (MINUSCA);
- Nível 3 – responsabilidade da ONU através de contratação;



- Nível 4 – em coordenação com o EMGFA.

O apoio em termos de infraestruturas é prestado pela ONU no que concerne a alojamentos, refeitório, sanitários, esgotos e arruamentos. A força garante os telheiros, oficina e o posto de saúde nível 1.

A aquisição, contratação e alienação são garantidos por Portugal, essencialmente para obtenção de Classe I, VII, e serviços de telecomunicações não militares, mão-de-obra, lavandaria, cozinhas e limpeza.

Os serviços de purificação de água e fornecimento de energia elétrica são da responsabilidade da ONU, sendo que a força garante, distribuição de alimentação, padaria, banhos, lavandaria e EOD. O serviço de cantina encontra-se espalhado pelo TO, disponibilizado pelos diversos contingentes (Comando das Forças Terrestres, 2018).

3.4. Lições Identificadas

Em ambos os contingentes, no que diz respeito à formação e treino correspondente ao aprontamento, houve um benefício, quer a nível quer individual, quer coletivo, proveniente das qualificações obtidas previamente pelos militares nomeados, assim como o nível de treino e preparação que apresentavam (Paulino, 2018).

No entanto, em ambos os contingentes, repercutiu-se o atraso da apresentação de militares exteriores ao RCmds para o aprontamento, bem como as diversas solicitações à unidade durante o aprontamento que, inevitavelmente, afetou a disponibilidade dos militares.

Foi notada a importância do contacto com a força no TO durante o aprontamento do 2ºCN e o feedback por eles veiculado, no sentido de otimizar o treino de técnicas, táticas e procedimentos, e adequar às missões desempenhadas pela força no TO, concretamente aproximando o treino de tarefas como: patrulhas para demonstração de força; escoltas; reconhecimentos; reação a combate de encontro; golpes de mão; e ataques em áreas edificadas – à forma como estava a ser executada no TO. Também, neste sentido, foi tida em conta a necessidade de enfoque no treino para a execução das tarefas montado em viaturas (Varino, 2018).

No âmbito da projeção, no caso do primeiro contingente, ressaltou que embora a responsabilidade da projeção fosse atribuída à ONU e tenha estado um elemento seu em permanência com o contingente português, deveria essa ligação ter estado articulada permanente com o CmdLog, podendo passar este a ser a entidade responsável por coordenar todos os meios nacionais em apoio à projeção (Ferreira, 2016).



Já no 2^aCN, estas questões não se puseram, no entanto poderão vir a novamente a ser pertinentes no futuro, quer para uma hipotética alteração significativa que ocorra do dispositivo ou meios no TO, quer para a necessária retração da força.

Na sustentação da força, surgiram dificuldades ao nível de classe I. Sendo que a MINUSCA não garante no TO o fornecimento de água potável, de acordo com os padrões europeus, existe necessidade de adquirir água engarrafada, para a confeção e consumo, no sentido de mitigar os riscos sanitários. A dificuldade estende-se ao acesso a água tratada, para gastos com higiene, particularmente tendo em conta as características do TO da RCA, que impõem cuidados de higiene acrescidos (Paulino, 2018).



4. Emprego das Forças Portuguesas na MINUSCA

4.1. Atividade operacional

A Força, sob o comando direto do MINUSCA – *Force Commander*, como QRF, executou missões em toda a extensão do TO, fazendo por diversas vezes uso da força, enquadrado numa missão que se caracteriza pelo elevado risco e exigência.

Destacaram-se operações de cerco e busca com a finalidade de neutralizar grupos armados na região de Bambari, A força executou ainda outras missões como a segurança efetuada ao campo de deslocados em Alindao, o controlo de Bangassou, respetiva escolta de Segurança de deslocados e as patrulhas de reconhecimento de longo raio de ação até Mobaye. No desempenho das missões operacionais foram empenhados os meios de apoio orgânicos, assim como outros meios de apoio da MINUSCA.

O 1ºCN realizou um total de 125 missões operacionais, tendo sido executadas operações de cerco e busca, patrulhas motorizadas, escoltas, patrulhas de reconhecimento, patrulha de reconhecimento de longo raio de ação, patrulha de longo raio de ação, operações CIMIC, operações de controlo de terreno e infraestruturas chave, defesa de terreno e infraestruturas chave, escolta aérea a coluna terrestre, reconhecimentos aéreos e missões de CAS (Paulino, 2018).

A Força, na sua atividade operacional esteve por diversas vezes fora da MOB, situações em que operou fora de uma base segura. Os militares portugueses por diversas vezes empenharam-se pelo fogo com elementos armados em defesa das populações desprotegidas, períodos em que, por diversas vezes foi apoiada por aeronaves de asa rotativa, em apoio próximo e em AIRMEDEVAC, nomeadamente para evacuar um ferido em combate resultante de uma emboscada (Paulino, 2018).

O 2ºCN, para além de atividade operacional idêntica à realizada pelo primeiro, realizou duas operações ofensivas. Uma no sector Oeste com a duração de 28 dias e a segunda no sector Este com a duração de 31 dias, com a finalidade de expulsar grupos armados que se encontravam nas cidades, entretanto abandonadas pela sua população.

As operações, embora de cariz ofensivo, foram realizadas no âmbito da operação de manutenção de paz. Com efeito, o *mind set* para as operações de manutenção da paz não está habitualmente focado para realizar ações ofensivas, no entanto o desempenho da força foi positivo (Varino, 2018).

Numa missão caracterizada pelo elevado risco e exigência, foram empregues todos os meios e capacidades no decorrer das operações em zonas de conflito armado, onde os militares portugueses revelaram um extraordinário empenho na defesa das populações



desprotegidas, dando um grande contributo para a afirmação dos direitos humanos e para a paz na RCA (Paulino, 2018).

4.2. Lições Identificadas

A QRF é mais eficiente quando empenhada de acordo com o seu conceito de emprego, no entanto, ao longo da missão foi sendo ocupada a realizar uma série de tarefas “de setor”, motivadas pelas provas de competência e garantias que foram demonstrando.

As operações noturnas demonstraram ter potencial para constituir uma nítida vantagem sobre os grupos armados, mas tendo em conta os riscos associados e o tempo de deslocamento por meio terrestre, não estão autorizadas.

O apoio aéreo revela-se fundamental dada a configuração do TO, a ausência de infraestruturas rodoviárias e abundância de zonas densamente preenchidas por vegetação. Este apoio é ainda eficaz como meio de dissuasão e como elemento que fornece confiança adicional à força para poder empenhar-se decisivamente.

Nas situações em que a Força segue apeada a exposição aumenta e o potencial de combate diminui, dada a ausência da blindagem conferida pelas viaturas e o poder de fogo da arma principal da viatura, este facto motivou que fosse adicionada uma metralhadora ligeira ao plano de carregamento com a finalidade de aumentar o potencial de fogo dos elementos apeados.

Os UAV, embora não tendo capacidade de serem utilizados à noite, revelaram-se úteis para efetuar ações reconhecimento próximo sem necessidade de expor a Força.

No TO da RCA a ameaça *remote-controlled improvised explosive device* é inexistente, motivo pelo qual os sistemas inibidores de frequência estão a degradar-se devido à falta de utilização.

As comunicações de longo alcance são realizadas na banda *high frequency*. Esta banda de frequências não é a ideal para o estabelecimento de comunicações entre estações móveis. Devem ser privilegiados meios de comunicações satélite (Paulino, 2018).

O facto dos Grupos de Comando serem organizados em equipas, e ser esta a sua célula base, com um efetivo de cinco homens com funções específicas, associado a um elemento de comando Sargento ou Oficial confere capacidade a estas unidades para atuar de forma isolada do grupo a que pertence. Contribui também para esta flexibilidade o elevado poder de fogo que deriva do facto de existir uma metralhadora ligeira em cada equipa (Ramos, 2016).

A impossibilidade de execução de evacuações por meio aéreo no período noturno constitui uma limitação no planeamento das operações. A complexidade no processo de



requisição de MEDEVAC deve ser simplificada para que a sua execução seja célere, por forma a reduzir o risco de deterioração da condição do militar ferido e garantir uma resposta oportuna e adequada.

Os meios atrelados, cuja finalidade é garantir a sustentação, não são apropriados para as condições do TO da RCA uma vez que estão dimensionados para circular em asfalto. A adaptação destes atrelados, que foi necessária, para viaturas de transporte geral todo-terreno retirou capacidade de carga à Força (Varino, 2018).

A ausência de blindagem das viaturas logísticas materializa uma limitação para o planeamento das operações uma vez que utilização deste tipo de viaturas acaba por ter de ser minimizado para mitigar o risco. Deve ser tido em conta que, durante as projeções para fora da MOB, são necessários elementos em Bangui com vista a garantir a segurança, as necessidades de sustentação e de ligação com o TN. Devido ao degradamento dos itinerários de terra batida na RCA, os deslocamentos são morosos e a velocidades reduzidas.

A fim de dar uma resposta adequada e oportuna deve existir mais do que um condutor por cada viatura sendo necessário todos os militares estarem aptos a conduzir todo o tipo de viaturas existente no TO.

A elevada quantidade de equipamentos eletrónicos da Força gera a necessidade de projetar um meio gerador de energia para o caso de a Força não ter o apoio de uma Base Operacional após 72h dado a especificidade do TO (Paulino, 2018).

A diversidade cultural e de formação deve ser tida em conta no pessoal que integra a força, uma vez que a doutrina e a linguagem são distintas. Estas diferenças têm impacto em diversas áreas como por exemplo a comunicação entre o TACP e a tripulação dos helicópteros de diversas nações que prestam o apoio.

O padrão do camuflado de determinadas peças de fardamento (concretamente o do exército francês), induz a uma possível confusão da força portuguesa com militares franceses.

No decorrer da missão do 2ºCN, foi identificado um desgaste físico e psicológico nos militares acima do desejável, pelo que foi introduzido a possibilidade de, dentro da autoridade do comandante, e respeitando as exigências operacionais, militares gozarem um período de licença. Ainda que tenha tido expressão reduzida o número de militares que a gozaram (<10%), a confiança decorrente desta premissa, teve um efeito notável no moral (Varino, 2018).



Conclusões

O percurso metodológico foi decomposto em 3 fases para atingir o objetivo desejado. Na fase exploratória, consolidou-se a revisão da literatura e foram efetuadas entrevistas exploratórias, bem como a escolha dos instrumentos metodológicos. Na fase analítica procedeu-se à recolha dos dados, consistindo essencialmente nas entrevistas, dado que não existia informação anterior sobre a projeção de FND para este teatro de operações específico. Na fase conclusiva elaborou-se o trabalho com a estrutura exposta, bem como a sua apresentação e defesa públicas.

O objetivo geral, inserido também no procedimento metodológico, consistia em entender o emprego do 1ºCN e 2ºCN da FND portuguesa da MINUSCA no TO da RCA, sendo decomposto em quatro objetivos específicos, espelhados nos 4 capítulos do presente trabalho.

O primeiro capítulo tinha como objetivo específico explicar conceptualmente o TO e o contexto de emprego de forças militares. Dada a instabilidade da região e a evolução do conflito não apenas demarcada nas ameaças, mas também nos milhares de refugiados, foram constituídas várias forças internacionais, sendo explicada a sua evolução até aos dias de hoje, culminando na MINUSCA.

No segundo capítulo, foi constituído o objetivo específico de descrever a organização e tipologia das forças portuguesas na RCA. Para isso foi abordado a geração da FND MINUSCA, nomeadamente das suas tarefas principais, na deliberação do CSDN, dos requisitos e capacidades da força e da sua estrutura operacional de pessoal e material.

No capítulo três o objetivo específico proposto foi de interpretar o processo de aprontamento, projeção e sustentação das forças portuguesas na MINUSCA. Para isso foram interpretadas as diretivas de aprontamento bem como o material de análise das entrevistas efetuadas. Verificou-se que as dificuldades encontradas pela 1ª FND MINUSCA durante estas fases foram suprimidas pela 2ª FND MINUSCA, em que esta optou por reforçar a sustentação em detrimento de operações, no que consta em pessoal para o cumprimento de funções específicas.

O objetivo específico do quarto capítulo consistia em entender o emprego das forças portuguesas na MINUSCA. Para isso foram explanadas as missões que as duas FND MINUSCA efetuaram, bem como as suas principais tarefas. Explanou-se também as lições identificadas de operações e de pessoal.



Dos aspetos enquadrantes e dos conceitos gerais que se abordaram, assim como do processo de geração da FND, que se visitou, na vertente dos requisitos e capacidades da força, bem como da sua estrutura operacional, e daquilo que foram as lições identificadas quer da preparação, projeção e sustentação, como do seu emprego e atividade operacional, a questão de partida ganha, por fim, maior expressão - “A FND portuguesa possui as capacidades adequadas para contribuir para a consecução dos objetivos da MINUSCA?”. Destes aspetos, descritos ao longo dos capítulos deste trabalho, ressalta-nos que sim, a FND portuguesa possui as capacidades adequadas para contribuir para a consecução dos objetivos da MINUSCA. Suporta-se esta afirmação na resposta às questões derivadas que se levantaram.

A organização da força é adequada às exigências do TO, o efetivo mostrou-se adequado durante o período de emprego dos dois CN e a forma como está organizado em grupos de combate, assim como os apoios levantados, revelou-se ajustada às necessidades no TO, nas várias funções de combate. Para tal contribuiu a experiência de missões internacionais anteriores, nomeadamente no TO do Afeganistão, que se encontra vertida naquilo que é a organização base do BCmds.

As capacidades da força são coerentes com os requisitos necessários. As características das forças de Comandos, e a sua natureza expedicionária, bem patente na sua missão e nas possibilidades do BCmds, estão perfeitamente alinhadas com os requisitos da MINUSCA para a missão de QRF, bem como com a totalidade de tarefas que lhe estão associadas. O grau de prontidão e proficiência desta força foi contributo preponderante para o sucesso das suas ações, no entanto ressalva-se que, para a natureza desta missão, e sobretudo pelo efetivo que se apresenta, outras tipologias de força, poderão, salvaguardando que se adegue o padrão e exigência no treino, garantir as capacidades necessárias para esta missão.

O modelo de aprontamento, projeção e sustentação adequa-se às capacidades da força para a condução da operação, como ficou bem patente no desempenho das missões no TO. Se por um lado, a tipologia de tarefas não se constituiu como um desafio à partida, no plano do treino, a exigência do TO, em termos fisiológicos e de salubridade, impôs um rigoroso aprontamento sanitário, que foi fator que contribuiu para o sucesso da missão.

Na sustentação, o modelo satisfaz as necessidades da força para a condução da operação, havendo naturalmente espaço para aperfeiçoar e afinar procedimentos. Com efeito a distância entre o TO e o TN, associado à precariedade das vias de comunicação são, e serão um desafio permanente, mas para o qual o modelo em uso tem sido eficaz. Também os meios no TO carecem de alguma adaptação, ou mesmo substituição, para o cumprimento cabal do



apoio em TO a favor das operações. Houve melhorias em termos de equipamento e material e foram explanadas nas lições identificadas.

A tipologia das tarefas executadas insere-se na missão atribuída. Da execução das mesmas, foi ficando patente os elevados padrões de desempenho da força, originando a que o comando da MINUSCA, contasse com a QRF para a execução de tarefas adicionais. No entanto, estas mantêm-se inseridas na tipologia das tarefas que a força está preparada para executar, acarretando, acima de tudo, uma maior frequência no empenhamento. Demonstrou-se uma adaptação das missões efetuadas pelo 2ª CN da FND MINUSCA, mais especificamente nas missões ofensivas que desempenhou, tendo como objetivo a expulsão de grupos armados que se encontravam nas cidades.

Por fim, interessa relevar que o estudo de temas de natureza operacional, em particular de missões em curso, levanta sempre questões do ponto de vista da segurança de matérias classificadas. Neste caso, tal facto aplicou-se, com maior incidência, na análise de documentação operacional classificada, como o memorando de entendimento para a FND ou o *Statement of Requirements* da MINUSCA para a QRF, cujo conteúdo, se fosse usado de uma forma mais analítica, recorrendo-se à sua transcrição, ou uso de excertos, poderia alargar a abrangência do estudo.

Este estudo poderá e deverá ser aprofundado num futuro próximo, nomeadamente após a consolidação do processo de lições apreendidas, constituindo-se como contributo para o conhecimento e um ponto de partida para posteriores análises, inclusivamente pelas diferenças no tipo de força entretanto projetada.



Bibliografia

- 8CN, 2014. *Portugal, 12 anos de participação na ISAF*. Espinho: s.n.
- Arkansas, U., 2015. *Ciências Políticas da Universidade Arkansas*. [Online] Available at: <http://uca.edu/politicalscience/dadm-project/sub-saharan-africa-region/central-african-republic-1960-present/> [Acedido em 25 03 2018].
- BBC, 2014. *African Review*. [Online] Available at: <http://www.theeastafrican.co.ke/news/UN-warns-of-genocide-in-C-Africa/979180-2149302-sodrh8z/index.html> [Acedido em 25 Março 2018].
- Boas, M., 2014. The Central African Republic - a history of a collapse foretold. *Norwegian Peacebuilding Resource Centre*, 15 Janeiro, p. 3.
- Comando da Logística, 2018. *Apoio Logístico - República Centro-Africana. Palestra ao CPOS17/18 (notas do autor)*. Lisboa, s.n.
- Comando das Forças Terrestres, 2018. *Área Funcional – Logística: O apoio logístico à componente operacional. Palestra ao CPOS17/18 (notas do autor)*. Lisboa, s.n.
- Estado-Maior do Exército, 2016. *Diretiva N.º30 de S.Ex.ª o GEN CEME - FND na MINUSCA*. Lisboa: s.n.
- Estado-Maior do Exército, 2017. *Batalhão de Comandos - Quadro Orgânico 09.02.05 aprovado a 08 de fevereiro de 2017 por S.Ex.ª o GEN CEME*. Lisboa: s.n.
- Estado-Maior General das Forças Armadas, 2016. *Diretiva Operacional n.º 35 de S.Ex.ª o GEN CEMGFA - Participação nacional na MINUSCA*. Lisboa: s.n.
- Estado-Maior General das Forças Armadas, 2018. *Estado-Maior General das Forças Armadas*. [Online] Available at: <https://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/onuRca> [Acedido em 13 maio 2018].
- Ferreira, H., 2016. A Logística da 1FND/MINUSCA na Republica Centro Africana. *NEWSLETTER - República Centro Africana*, 24 Janeiro, Issue Ed. Única, pp. 7-12.
- Lombard, L., 2016. *State of Rebellion - Violence and Intervention in the Central African Republic*. 1ª edição ed. Londres: Zed Books.
- Lombard, T. C. a. L., 2015. *Making Sense of the Central African Republic*. Londres: Zed Books.
- Maio, H. T., 2018. *Entrevista por questionário ao Exmo. Brigadeiro-General Hermínio Teodoro Maio, Comandante EUTM-RCA* [Entrevista] (25 Abril 2018).



Ministério da Defesa Nacional, 2014. *Conceito Estratégico Militar*. Lisboa: s.n.

Ministério da Defesa Nacional, 2016. *Emprego de Forças Nacionais Destacadas - 2016*. Lisboa: s.n.

ONU, 2018. *UN - Geospatial Information Section*. [Online] Available at: <http://www.un.org/Depts/Cartographic/english/htmain.htm> [Acedido em 15 maio 2018].

Paulino, M. G., 2018. *Entrevista ao Exmo. Tenente-Coronel de Infantaria CMD Musa Gonçalves Paulino, Comandante da 1ª FND/MINUSCA* [Entrevista] (13 março 2018).

Ramalho, J. P., 2009. O Aprontamento e Sustentação das Forças do Exército nas Missões Internacionais da NATO. *Nação e Defesa*, Verão(4), pp. 63-80.

Ramos, A., 2016. Curso de Comandos, a Base para o Sucesso das Ações de Contacto com Grupos Armados no Teatro da Operações da República Centro Africana. *NEWSLETTER - República Centro Africana*, 24 Janeiro, Issue Ed. Única, pp. 3-5.

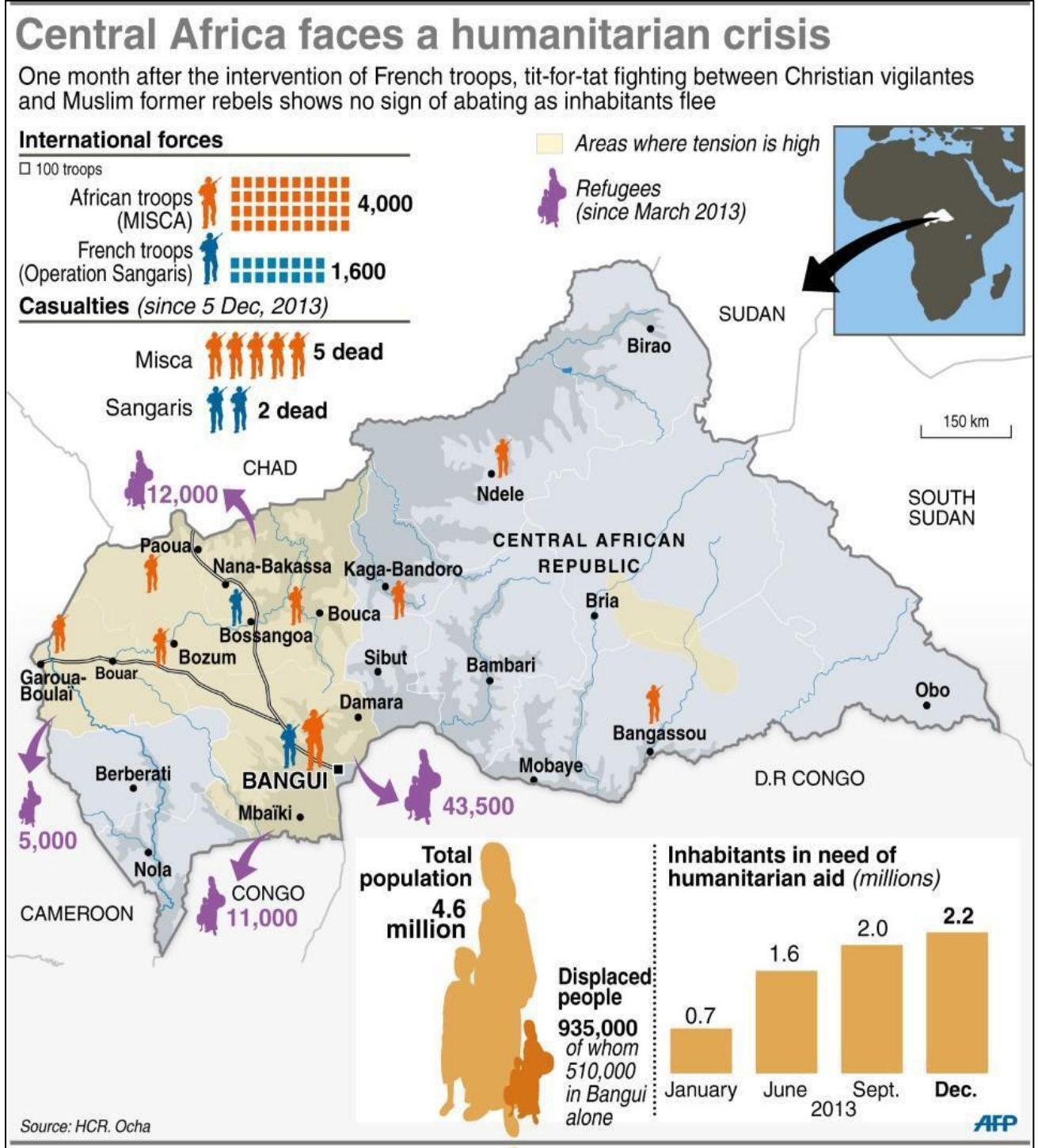
Regimento de Comandos, 2016. *Diretiva N.º1(Alt) - Aprontamento da Companhia para a missão na MINUSCA*. Carregueira: s.n.

Service, I. P. I., 2014. *Mapping Conflict Motives: the Central Republic*, Antuérpia: IPIS.

Sousa, M. R. d., 2017. Decreto do Presidente da República nº152/2017. *Diário da República Portuguesa*, 15 Dezembro, p. 1.

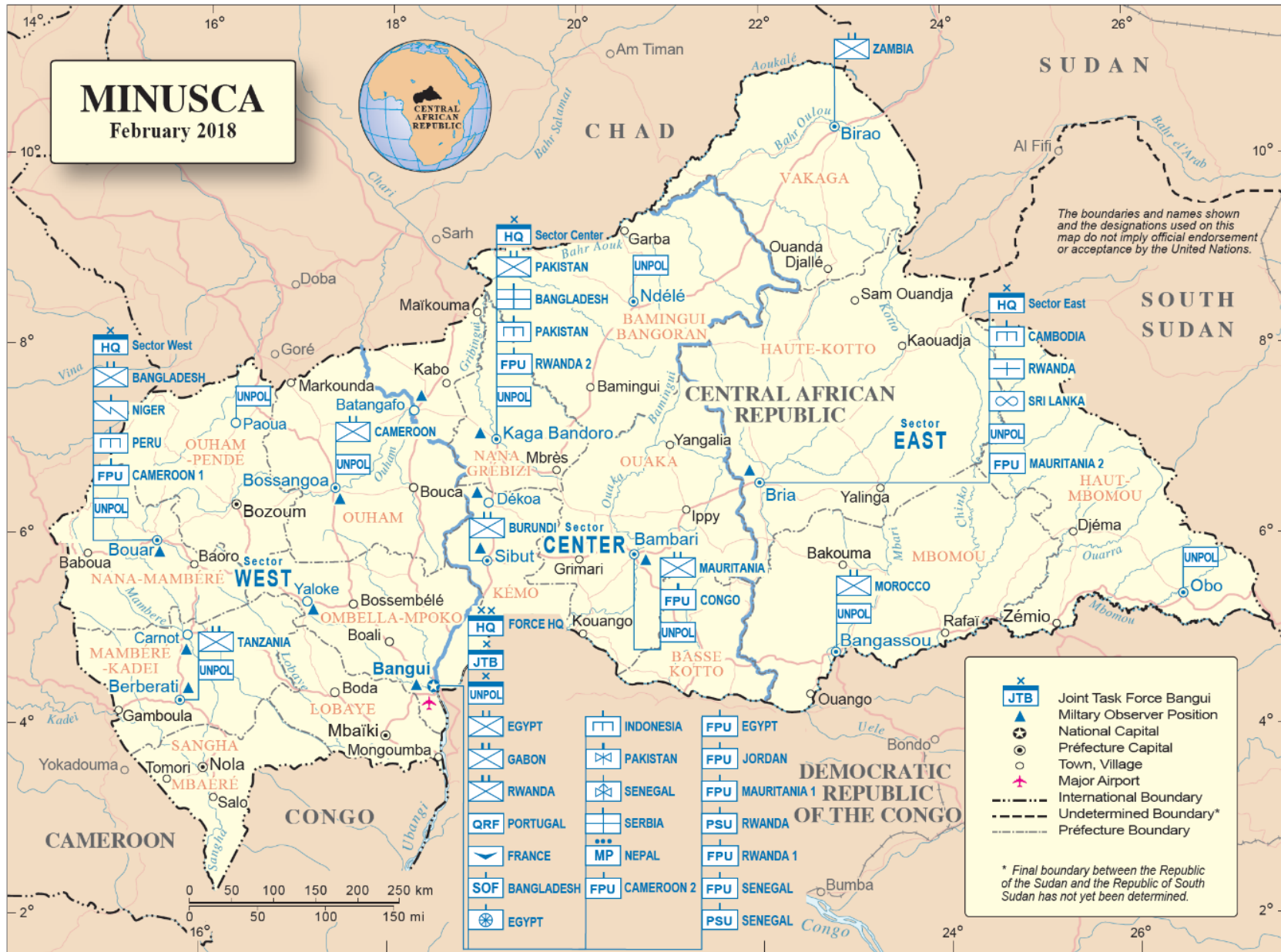
Varino, A. D., 2018. *Entrevista ao Exmo. Tenente-Coronel de Infantaria CMD Alexandre Duarte Varino, Comandante da 2ª FND/MINUSCA* [Entrevista] (16 abril 2018).

Anexo A — Ratio de forças internacionais e população na República Centro Africana



(BBC, 2014)

Anexo B — Dispositivo da MINUSCA



(ONU, 2018)

Anexo C – Entrevista por questionário ao Exmo. Brigadeiro-General Hermínio Teodoro Maio, Comandante EUTM-RCA – 25 de abril de 2018

1. Como é que a atividade operacional da MINUSCA se cruza com a atividade da EUTM RCA?

A MINUSCA (United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic) é uma missão multidimensional da ONU que engloba várias componentes, entre as quais a militar. Tem a responsabilidade pela “Comprehensive Approach” no TO da RCA, que visa a reconstrução das capacidades do País, para que este possa garantir a segurança e o bem-estar da sua população.

A Resolução do CSNU que enquadra atualmente o mandato da MINUSCA é a 2387 (2017). De acordo com o seu mandato¹ a MINUSCA tem como tarefas prioritárias:

1. Proteção de civis
2. Apoio ao processo de paz, incluindo reconciliação nacional, coesão social e justiça transicional
3. Facilitar a criação de um ambiente seguro para a prestação imediata, completa, segura e sem obstáculos da assistência humanitária.
5. Proteção da ONU (pessoal, instalações, equipamento e bens) e garantia da sua liberdade de movimentos
6. Apoio à extensão da autoridade do Estado, à projeção de forças de segurança e à preservação da integridade territorial
7. Reforma do Setor de Segurança
8. Desarmamento, Desmobilização, Reintegração e Repatriamento
9. Promoção e proteção dos Direitos Humanos
10. Apoio às autoridades da RCA no combate à exploração e tráfico de recursos naturais
11. Tarefas Adicionais (relacionadas com a implementação das resoluções do CSNU)

A atividade da EUTM relaciona-se essencialmente com as tarefas 5. 6. e 7. da MINUSCA:

Tarefa 5. Apoio à extensão da autoridade do Estado, à projeção de forças de segurança e à preservação da integridade territorial

No âmbito desta tarefa, e com base no documento enquadrante para a projeção das Forças Armadas Centro-africanas (FACA), a MINUSCA tem a responsabilidade de apoiar a projeção progressiva das unidades das FACA treinadas pela EUTM, de modo a que estas

possam assumir as suas responsabilidades territoriais, contribuindo para a extensão da Autoridade do Estado a todo o território e contribuindo para a segurança do País.

A capacidade de sustentação das FACA é um ponto-chave para o seu emprego efetivo, e é uma capacidade que neste momento não existe, razão pela qual é fundamental o apoio da MINUSCA.

A EUTM apoia as FACA na identificação das necessidades de apoio por parte da MINUSCA, para que sejam desenvolvidos os necessários acordos para a projeção conjunta. Tem ainda o papel de facilitadora da ligação entre as FACA e a MINUSCA para que sejam coordenados os aspetos do apoio à sustentação das FACA. Este ponto está já a ter os seus primeiros desenvolvimentos, tendo as últimas projeções das FACA sido apoiadas, na sua sustentação, pela MINUSCA.

Tarefa 6. Reforma do Setor de Segurança

O esquema que se segue representa os pilares em que assenta a Reforma do Setor de Segurança (RSS). As cores indicam o nível de progresso em cada um dos pilares.

Deste esquema pode verificar-se que a EUTM é a entidade responsável pela Reforma do Setor da Defesa, contribuindo desta forma para a RSS liderada pela MINUSCA. As atividades da EUTM envolvem:

- O aconselhamento estratégico ao Ministério da Defesa e ao Estado-Maior General das Forças Armadas;
- Contribuir para a formação de Oficiais, Sargentos e especialistas;
- Assegurar o treino coletivo das unidades das FACA.

A EUTM contribui para o desenvolvimento das capacidades das FACA, necessárias à sua autonomia e capacitação para o cumprimento das suas missões no âmbito do Setor da Segurança.

O estado final é que a RCA tenha umas FACA credíveis, responsáveis, etnicamente equilibradas e democraticamente controladas.

Tarefa 7. Desarmamento, Desmobilização, Reintegração e Repatriamento (DDRR)

Decidido no contexto do Fórum de Bangui (Maio de 2015), envolvendo 10 e posteriormente 14 Grupos Armados, foi constituído um projecto-piloto, com o objetivo de reabilitar 480 antigos combatentes. A EUTM assumiu metade deste efetivo e está em curso a segunda vaga de treino, para posterior reintegração destes elementos nas FACA.

No entanto, o DDRR deverá ir além da integração apenas nas FACA. Para tal, é necessário que seja planeada a preparação e a integração dos ex-combatentes em outras áreas da sociedade, o que requer a intervenção de mais Ministérios, além do Ministério da Defesa.

2. Como é que no âmbito do cargo que desempenha, se relaciona com a MINUSCA?

O Comandante da EUTM, no âmbito da sua missão, relaciona-se com diversas entidades pertencentes à MINUSCA, nomeadamente o Representante Especial do Secretário-geral da ONU (SRSG), o Deputy SRSG, o Force Commander, o Director of Mission Support, bem como com outras entidades que trabalham na dependência das anteriores, para coordenação das atividades desenvolvidas pela EUTM ou das reuniões em que participa.

3. Existe alguma relação formal com a FND PRT MINUSCA?

Sendo o militar Português mais graduado no TO, assumo o papel de Senior National Representative (SNR).

A relação com a QRF decorre da responsabilidade como SNR, devendo estar informado da atividade da Unidade para a apoiar no que eventualmente for necessário. No entanto, não interfiro com a atividade operacional da QRF, nem com a sua cadeia de comando, que está perfeitamente definida e contida na estrutura da MINUSCA.

A QRF poderá ser solicitada para prestar apoio à EUTM, em caso da degradação da situação de segurança. Por este motivo, é mantida a ligação entre a EUTM e a QRF PRT. O Comandante da MINUSCA não tem nenhuma obrigação de contactar o SNR para emprego da sua QRF. A Força está atribuída por PRT à MINUSCA. No entanto, caso haja motivo de força maior, como SNR poderei estabelecer contacto com o Comando da MINUSCA para dirimir alguma questão.

4. Tem tido feedback externo da atividade da FND PRT na MINUSCA?

O feedback que tenho da atividade da QRF PRT provém de entidades da própria MINUSCA e das autoridades Centrafricanas com que mantenho contacto.

A avaliação das questões relacionadas com a composição/articulação/equipamento da QRF competem unicamente à própria Unidade, que se poderá pronunciar sobre as condições que tem para o cumprimento das missões que lhe são atribuídas.

Relativamente aos apoios no TO, e sem entrar em detalhes sobre o funcionamento da MINUSCA, é necessário ter em atenção que o TO da RCA é muito exigente. O terreno é difícil, as condições atmosféricas são adversas. Toda a sustentação se torna mais complexa neste cenário.

5. Existem lições identificadas até ao momento? Quais?

O processo de Lições Aprendidas relativa à QRF é desenvolvido pela própria Unidade. A EUTM não intervém no mesmo, nem o SNR.

6. Outra informação

O contributo de PRT para a atual missão da EUTM remonta já à missão da EUMAM, a qual integrou 8 militares nacionais. Na transição da EUMAM para a EUTM, o efetivo da missão da EU aumentou de 70 para 170 militares. Portugal passou a integrar a missão com 11 militares, nas seguintes áreas:

- J1;
- J2;
- J4;
- J5/7;
- J6;
- J8;
- Pilar de Aconselhamento Estratégico;
- Pilar de Educação.

Em Out17, e com o início do Projeto Piloto do DDDR, o contributo nacional aumentou para 14 elementos, sendo os 3 militares adicionais integrados no Pilar de Treino Operacional.

Em Jan18 é constituído o Contingente Nacional (CN) na EUTM e PRT assume o Comando da Missão, tendo a participação Nacional aumentado para 45 militares (um dos quais na Célula de Apoio à Missão em Bruxelas).

Desde Jan18 Contingente Nacional passa a integrar todas as áreas funcionais da EUTM. Dos diversos cargos ocupados por militares PRT, destacam-se os seguintes:

- Comandante da EUTM;
- Chefe do J1;
- Chefe do J3;
- Chefe do J4;
- Chefe do J8;
- Chefe do Pilar de Educação;
- Chefe do Pilar de Treino Operacional.